


MAPA DESCRITIVO DE PROCESSO		Nº Processo: 002
NOME DO PROCESSO: CONTRABANDO E DESCAMINHO		
MATERIAL NECESSÁRIO		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Uniforme operacional. 2. Viatura policial. 3. Colete de proteção balística. 4. Cinto de guarnição com equipamentos individuais. 5. Pistola calibre .40 com carregadores sobressalentes. 6. Algemas com chave. 7. Lanterna. 8. Fuzil 7,62 com carregadores sobressalentes. 9. Carabina 5,56 com carregadores sobressalentes. 10. Espingarda cal. 12. 11. Munições de impacto controlado. 12. Demais IMPO disponíveis. 13. Escudo balístico. 14. Canivete. 15. Cones para sinalização viária (utilizados nos bloqueios). 16. Aparelho de celular particular/funcional para comunicação. 17. GPS (se disponível). 18. Caixa de ferramentas. 19. Scanner de mão (xunxo). 20. Caneta. 21. Folhas para anotações (bloco ou agenda de bolso). 22. Rádio portátil. 		
ETAPAS		PROCEDIMENTOS
Atendimento e condução de ocorrências		<ol style="list-style-type: none"> 1. Ocorrência de Contrabando de Cigarros; 2. Ocorrência de Contrabando de Pneus; 3. Ocorrência de Contrabando de Agrotóxico e Medicamentos; 4. Ocorrência de Descaminho de Produtos Diversos. 5. Ocorrência de Localização de Aparelho Radioelétrico.
ASPECTOS GERAIS		
<p>Finalidade: Nortear as ações operacionais a serem adotadas pelos Policiais Militares do Departamento de Operações de Fronteira diante de ocorrências de contrabando, descaminho e localização de aparelhos radioelétricos.</p> <p>Definições:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CONTRABANDO: Definido pelo artigo 334-A do Decreto Lei 2848/40 (Código Penal Brasileiro) como <i>Importar ou Exportar mercadoria proibida.</i> 2. DESCAMINHO: Definido pelo artigo 334 do Decreto Lei 2848/40 (Código Penal Brasileiro) como <i>Iludir, no todo ou m parte, o pagamento de direito ou imposto, pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.</i> 3. VIOLAÇÃO DE COMUNICAÇÃO RADIOELÉTRICA: Definida pelo inciso IV do §1º do artigo 151 do Decreto Lei 2848/40 <i>quem instala ou utiliza estação ou aparelho radioelétrico, sem observância de disposição,</i> bem como no artigo 183 da Lei 9.472/97 <i>Desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação.</i> 		

	DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE FRONTEIRA - DOF	POP: 002
	ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA DE CONTRABANDO DE CIGARROS	ESTABELECIDO EM: 2020
		REVISADO EM: 26/03/2020 Nº DA REVISÃO: 00
AUTORIDADE RESPONSÁVEL: Direção DOF NÍVEL DE PADRONIZAÇÃO: Geral.		
ATIVIDADES CRÍTICAS		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Observar as condições de segurança do local. 2. Aproximação da(s) pessoa(s) e/ou veículo(s) a ser(em) abordado(s). 3. Verbalização. 4. Busca pessoal e veicular. 5. Localização da Mercadoria ilícita 6. Apreensão da Mercadoria. 7. Prisão e condução do(s) criminoso(s). 		
SEQUÊNCIA DE AÇÕES		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aproximar-se do veículo com cautela, preferencialmente pela retaguarda, evitando a exposição do(s) policial(is), procurando analisar atitudes suspeitas, mantendo uma distância que ao mesmo tempo seja possível emanar as ordens de forma audível e propicie segurança ao(s) policial(is). 2. Avaliar o número de pessoas e/ou infratores a ser(em) abordado(s). 3. A primeira ordem deverá ser para que o(s) ocupante(s) do veículo desembarque(m). 4. Após o desembarque será realizada busca pessoal no(s) abordado(s), posteriormente no interior do veículo. 5. Tais procedimentos serão realizados conforme preconização do Procedimento Operacional Padrão da PMMS, sendo que os ajustes pertinentes, bem como eventuais flexibilizações serão avaliadas e deliberadas pelo Chefe da Equipe. 6. Vistoriar o perímetro, verificando a existência de alguma substância ou objeto(s) ilícito(s) que possa(m) ter sido dispensado (s) ou homiziado (s) nas imediações. 7. Será iniciada pelo Chefe da Equipe, ou por outro componente que este determinar, entrevista com o(s) abordado(s). 8. O ilícito apresentar-se-á de três maneiras: <ol style="list-style-type: none"> a) De maneira visível, ou seja, de forma que seja possível a constatação no exato momento da abordagem; b) Sob outros objetos e/ou cargas. Ex.: carga de grãos, transporte de móveis, etc.; c) Escondido em compartimentos secretos do veículo, conhecidos como “local adrede” ou “mocós”. 9. Nos casos de ocorrência de Contrabando envolvendo carga de CIGARROS ACIMA DE 05 (cinco) caixas por pessoa¹, conforme definido em orientação do MPF², o Policial Militar deverá proceder da seguinte forma: <ol style="list-style-type: none"> 9.1 Lavrar o Boletim de ocorrência tipificando-o como "Contrabando", fazendo constar no item objetos apreendidos a descrição e quantidade de cigarros, <u>sempre que possível por pacotes</u>; 9.2 Quando os produtos estiverem em caixas deverá ser convertido em pacotes na razão 1 (uma) caixa 		

¹ O que corresponde a 250 (duzentos e cinquenta) pacotes ou 2.500 (dois mil e quinhentos) maços.

² Constante da Portaria Nº 002/P-3/8ª CIPM/CPM/PMMS/2019, publicado na página 02 do BCG da PMMS n. 140 de 26JUL2019

= 50 (cinquenta) pacotes; e quando em maços na razão 10 (dez) maços = 01 (um) pacote, para então se lançar no Boletim de Ocorrência;

- 9.3 Encaminhar o autor, veículo utilizado para o transporte do ilícito (quando houver) e ilícito apreendido à Polícia Federal da circunscrição da área para lavratura do Auto de Prisão em Flagrante.
10. Nos casos em que não houver autor identificado deverá ser procedido a confecção do Boletim de Ocorrência no sistema SIGO, fazendo-se a apreensão do ilícito, constando detalhes dos materiais, marca, modelo e quantidade, coletando a assinatura de 01 (uma) testemunha:
- 10.1 Por meio da STELECOM, realizar contato com a Polícia Federal da circunscrição da área dos fatos, para que se manifeste sobre interesse de investigação, inclusive consignando ao Policial Federal se o veículo possui registro criminal;
- 11.1 Se houver a confirmação do recebimento da ocorrência o Policial Militar deverá apresentar o veículo e os ilícitos apreendidos à Polícia Federal;
- 12.1 Se houver recusa da Polícia Federal em receber a ocorrência, o Policial Militar apresentará o veículo com registro criminal e ilícitos à DEFRON ou na Delegacia de Polícia Civil com circunscrição na área dos fatos, constando em Boletim de Ocorrência DOF o nome/função do Policial Federal que recusou a ocorrência, bem como o horário da ligação.
11. Nos casos em que o veículo não possui registro criminal e há recusa por parte da Polícia Federal de receber os ilícitos apreendidos para investigação, o Policial Militar deverá:
- 11.1 Lavrar o Boletim de ocorrência DOF, constando o nome/função do Policial Federal que recusou a ocorrência, bem como o horário da ligação e fixar cópia da ocorrência nos volumes apreendidos;
- 11.2 Depositar o material na sede do DOF em lugar reservado e controlado, na impossibilidade de entrega no momento à Receita Federal.
12. Caberá a Administração agendar data e horário para entrega do material e termo de guarda à unidade da Receita Federal mais próxima fazendo constar o agendamento em relatório de serviço.
13. O Comandante de Equipe DOF deverá informar imediatamente ao Oficial que estiver de serviço e, ainda, fazer os registros cabíveis no relatório de serviço.
- 14. Nos casos de ocorrência de Contrabando envolvendo carga de CIGARROS DE ATÉ 05 (cinco) caixas por pessoa³, conforme definido em orientação do MPF⁴, o Policial Militar deverá proceder da seguinte forma:**
- 14.1 Lavrar o Boletim de ocorrência tipificando-o como "Contrabando", fazendo constar no item objetos apreendidos a descrição e quantidade de cigarros, sempre que possível por pacotes;
- 14.2 Quando os produtos estiverem em caixas deverá ser convertido em pacotes na razão 1 (uma) caixa = 50 (cinquenta) pacotes; e quando em maços na razão 10 (dez) maços = 01 (um) pacote, para então se lançar no Boletim de Ocorrência;
- 14.3 Por meio da STELECOM, realizar contato com a Polícia Federal da circunscrição da área dos fatos, para que se manifeste sobre interesse de investigação, inclusive consignando ao Policial Federal se o veículo possui registro criminal;
- 14.4 Se houver a confirmação do recebimento da ocorrência o Policial Militar deverá apresentar o veículo e os ilícitos apreendidos à Polícia Federal;
- 14.5 Se houver recusa da Polícia Federal o Policial Militar apresentará o veículo com registro criminal e ilícitos à DEFRON ou Delegacia de circunscrição dos fatos, constando em Boletim de Ocorrência

³ O que corresponde a 250 (duzentos e cinquenta) pacotes ou 2.500 (dois mil e quinhentos) maços.

⁴ Constante da Portaria N° 002/P-3/8ª CIPM/CPM/PMMS/2019, publicado na página 02 do BCG da PMMS n. 140 de 26JUL2019

<p>DOF o nome/função do Policial Federal que recusou a ocorrência, bem como o horário da ligação.</p> <p>15. Nos casos em que o veículo não possui registro criminal e há recusa por parte da Polícia Federal de receber os ilícitos apreendidos para investigação, o Policial Militar deverá:</p> <p>16. Lavrar o Boletim de ocorrência DOF, constando o nome do Policial Federal que recusou o recebimento e fixar cópia nos volumes apreendidos.</p> <p>17. Liberar o autor fazendo-se a apreensão do veículo juntamente com a mercadoria para posterior apresentação à Receita Federal do Brasil.</p> <p>18. Depositar o material da apreensão na sede do DOF, em lugar reservado e controlado, quando da impossibilidade de entrega no momento à Receita Federal.</p> <p>19. Caberá a Administração agendar data e horário para entrega do material e termo de guarda à unidade da Receita Federal mais próxima fazendo constar o agendamento em relatório de serviço.</p> <p>20. O Comandante de Equipe DOF deverá informar imediatamente ao Oficial que estiver de serviço e, ainda, fazer os registros cabíveis no Relatório de Serviço.</p> <p>21. Os mesmos procedimentos serão adotados quando não houver autor identificado.</p>
<p>RESULTADOS ESPERADOS</p> <p>1. Localização e apreensão do ilícito.</p> <p>2. Identificação e detenção do(s) infrator(es) e/ou apreensão dos ilícitos.</p>
<p>AÇÕES CORRETIVAS</p> <p>1. Se as condições de segurança não forem adequadas para realizar a ação com eficiência e segurança, solicitar apoio.</p> <p>2. Adotar sempre as técnicas de Uso Diferenciado da Força, evitando excessos por parte de um ou mais integrantes da equipe policial.</p> <p>3. Contatos prévios com a delegacia responsável pelo recebimento da ocorrência será feito pela STELECOM. Eventuais problemas nesse sentido serão resolvidos pelo Oficial Coordenador de serviço ou, na impossibilidade deste, do Coordenador de Operações.</p> <p>4. Informações sobre a ocorrência, como dados de qualquer natureza, imagens, vídeos, etc., serão repassados somente para a STELECOM. Esta, por sua vez, repassará ao Oficial Coordenador de Serviço, Coordenador de Operações, ASSECOM e Direção do DOF.</p> <p>5. Somente a ASSECOM/DOF tem autorização para contato com a imprensa e divulgação das ocorrências do Departamento de Operações de Fronteira. Nenhum Policial deverá conceder entrevistas ou divulgar informações sobre ocorrências, exceto se autorizado pela Direção do DOF.</p>
<p>POSSIBILIDADES DE ERRO</p> <p>1. Desobediência à ordem de parada, ensejando um acompanhamento tático por parte da equipe policial.</p> <p>2. Fuga a pé do(s) indivíduo(s) criminoso(s).</p> <p>3. Injusta agressão por parte do(s) criminoso(s) contra a equipe policial ou terceiros.</p> <p>4. Inobservância por parte de um ou mais integrantes da equipe policial das regras de segurança durante a abordagem.</p> <p>5. Policial responsável pela busca pessoal e/ou no veículo fazê-la incorretamente.</p> <p>6. Deixar de localizar o ilícito, quando existir.</p>

7. Local sem sinal para comunicação.
8. Deixar de atentar para o registro fotográfico da ocorrência a fim de suprir à Assessoria de Comunicação e/ou deixar de realizar o registro fotográfico do(s) autor(s) para alimentar os sistemas policiais.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. Ao Dar voz de prisão ao(s) autor(es) e/ou apreender a mercadoria:

- a. Informar imediatamente a STELECOM que, por sua vez, dará ciência ao Oficial Coordenador de serviço, ao Coordenador de Operações e à Direção DOF;
- b. A condução deverá ser feita preferencialmente no compartimento de presos da viatura, salvo as exceções legais;
- c. Caso haja resistência por parte do(s) preso(s), ou mesmo seja avaliada a possibilidade de fuga por parte deste(s), ou mesmo de ofensa à integridade física da equipe policial ou de terceiros, este(s) será(ão) conduzido(s) algemado(s);
- d. Qualificar o(s) infrator(es) envolvido(s) e testemunhas, quando houver;
- e. Caso haja a necessidade de apoio para a condução do(s) preso(s), do(s) veículo(s) e da carga ilícita, deverá ser solicitado apoio de outra equipe junto à STELECOM, que providenciará conforme deliberação do Oficial Coordenador de serviço ou, na impossibilidade deste, do Coordenador de Operações. Da mesma forma, caso o Chefe da equipe avalie, que haverá riscos à segurança dos policiais durante o deslocamento para a Delegacia deverá solicitar apoio de outra equipe, junto à STELECOM, para tal;
- f. Se o veículo apreendido apresentar condições de deslocamento, este será conduzido por um integrante da equipe. Não sendo possível, será solicitado apoio, junto à STELECOM, do guincho;
- g. Na Delegacia será procedida uma nova busca pessoal minuciosa no(s) preso(s) e nova busca no interior do veículo. Caso tenha sido constatado no local da abordagem que há mais materiais ilícitos escondidos em compartimentos secretos do veículo, e há a necessidade de desmontagem de peças do mesmo, isto será realizado em local seguro e com suporte para o Policial vistoriador realizar tal abordagem;
- h. Os antecedentes criminais do(s) autor(es) serão verificados junto à STELECOM, assim como a checagem do veículo apreendido, e deverão ser feitos o quanto antes, conforme disponibilidade de comunicação.
- i. A contabilização do material apreendido será feita em local seguro e com suporte para a equipe Policial;
- j. Confecção de BO SIGO e apresentação da ocorrência à Autoridade Policial Judiciária ou Autoridade Alfandegária da Área dos fatos;
- k. Encerramento da ocorrência junto à STELECOM;
- l. Realizar o registro fotográfico da ocorrência a fim de suprir à Assessoria de Comunicação, realizar o registro fotográfico do(s) autor(s) para alimentar os sistemas policiais.

2. CASOS ENVOLVENDO PÚBLICO INTERNO.

a. FLAGRANTE DELITO:

- I. Os casos em que figurem como autores dos delitos "policiais militares" O Oficial Coordenador de Policiamento deverá ser imediatamente comunicado para que providencie o encaminhamento da ocorrência à Corregedoria da Polícia Militar para lavratura dos atos

pertinentes de Polícia Judiciária Militar;

II. Informar de Imediato a Direção do DOF das medidas tomadas.

b. OCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA:

Em casos de Ocorrências Administrativas o Comandante da Equipe DOF narrará os fatos em Parte pormenorizada dirigida ao Coordenador de Policiamento, que por sua vez despachará diretamente com a Direção do DOF, a qual tomara as medidas pertinentes relativas à Hierarquia e a Disciplina.

3. Havendo dúvidas quanto à avaliação do bem e/ou recusa da unidade de polícia judiciária federal, a STELECON, deverá fazer contato via telefone com a unidade da Polícia Federal de sua circunscrição e verificar sobre a possibilidade de "lavratura de flagrante" e em caso de recusa fará constar em Boletim de Ocorrência o nome/função do Policial Federal, bem como o horário da ligação.
4. Em casos de captura de olheiros, mateiros, batedores etc; se houver materialidade – por ex. um veículo no local já abordado, deverá o policial encaminhar os indivíduos que tiverem participação, que se encontravam ao redor dos fatos para Delegacia de Polícia, para providências junto a Polícia Judiciária.
5. Especialmente as ocorrências de Contrabando de "essência de Narguilé" e seus apetrechos deverão ser comunicados à Polícia Federal para verificar sobre a lavratura de auto de prisão em flagrante delito em razão de não haver consenso sobre tal, sempre constando as informações obtidas no registro de ocorrência.

REFERÊNCIAS, DOUTRINAS E LEGISLAÇÕES

3. Art. 144, § 5º, 1ª parte da Constituição;
4. Art. 5º e os incisos II, III, XIII, XV, XVI, XXII, XXXIX, XLII, XLIII, XLIX, LIV, LVI, LVII, LVIII, LXI, LXII, LXIII, LXIV e preceitos Constitucionais
5. Inciso LXV da Constituição Federal. Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos;
6. §§ 1º e 2º do Art 1º - Condução das Partes do Decreto Estadual nº 19-903/50;
7. Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal nº 11;
8. Decreto Estadual nº 57.783/12;
9. Lei Federal Nº 9.099/95 cc Lei Federal Nº 10.259/01 (Dispõe sobre a Instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Apresentação de ocorrência na Justiça Federal);
10. Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940;
11. Código de Processo Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941;
12. Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais (Art.66, inciso I);
13. Decreto Lei 667/69 (letra "a", "b" e "c" do art. 3º);
14. PARECER PGFN/COJED/Nº58/2015;
15. POP – Nota de Instrução nº 002/P-3/8ª CIPM/CPM/PMMS/2019;
16. LEI nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Art 70. Constitui crime punível com a pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro, a instalação ou utilização de telecomunicações, sem observância do disposto nesta Lei e nos regulamentos. (Substituído pelo Decreto-Lei nº 236, de 28.02.1967);
17. Código Penal Brasileiro. Seção III DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DE CORRESPONDENCIA. Violação de correspondência. Art 151 – Devassar indevidamente o conteúdo de correspondência fechada, dirigida a outrem: Pena – detenção de um a seis meses, ou multa. Sonegação ou destruição de correspondência § 1º - Na mesma pena incorre: Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica IV – quem instala ou utiliza estação ou aparelho radioelétrico, sem observância de disposição legal.